



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA APA DE GENIPABU, COMO ANDA?

Eduardo Silva de Oliveira¹
Denise de Freitas Torres²

RESUMO

Em face da grande degradação ambiental dos últimos tempos, um significativo número de países passou a criar áreas naturais protegidas como medidas conservacionistas, principalmente os do Terceiro Mundo. No Brasil, a maioria das unidades de conservação (UC) foram criadas nos últimos trinta anos. A área de proteção ambiental de Genipabu (APA) situada na Grande Natal apresenta inúmeros problemas que evidenciam a falta de uma política de educação ambiental voltada para os residentes dessa UC. Foram realizadas entrevistas, através de questionários semi-estruturados, com os diretores das escolas, do ensino fundamental, situadas dentro dos limites da APA. Os resultados mostram a necessidade da implantação de atividades em EA voltadas para a APA visando contribuir para que a UC possa atingir os objetivos descritos em seu decreto de criação. Além do mais, a EA seria uma ferramenta de conscientização ambiental dos jovens estudantes do ensino fundamental da APA que contribuiria para sensibilização dos demais moradores na busca da conservação da área que apresenta um forte potencial turístico.

Palavras-chave: Rio Grande do Norte, unidade de conservação, ensino fundamental.

¹ Bacharel em Ecologia, Pós-graduando em Educação e Sustentabilidade Ambiental, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 59072-900, Natal-RN, Brasil. E-mail: edutopiaeco@yahoo.com.br

² Bacharel em Ecologia, Pós-graduanda em Educação e Sustentabilidade Ambiental, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Departamento de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 59072-900, Natal-RN, Brasil. E-mail: denise_eco@yahoo.com.br

ABSTRACT

In view of the great environmental degradation in recent times, an expressive number of countries started to create protected natural areas as conservationist measures, chiefly those of the Third World. In Brazil, most of the conservation units (UC, its initials in Portuguese) were created in the last thirty years. The environmental protection area of Genipabu (APA, its initials in Portuguese) located in Great Natal has countless problems which show up the lack of politics of environmental education turned to the residents of this UC. Interviews with the directors of the elementary schools situated within APA boundaries were carried out through semi-structured questionnaires. The results show the necessity of the introduction of environmental education activities turned to APA, aiming to contribute to what the UC reach the objectives described within its corporate charter. Furthermore, the environmental education can develop the environmental conscience of the young students of the APA elementary schools what would increase the concern of the others residents for conservation of the area that has an enormous potential for tourism.

Keywords: Rio Grande do Norte, conservation unit, elementary school.

1. Introdução

A partir da revolução industrial, o homem passou a intensificar a extração de recursos naturais para os mais diversos fins. À medida que a população aumenta de tamanho cresce também a necessidade de extração desses recursos. Nos últimos 60 anos, parte da sociedade mundial despertou para problemas que estavam surgindo devido ao desequilíbrio ecológico do planeta. Um exemplo clássico ocorreu na Baía de Minamata, no Japão, em 1950, onde os efluentes de uma indústria química contaminados por mercúrio, poluíram as águas e os peixes e, todas as pessoas que os utilizaram em sua alimentação. A poluição dos corpos d'água começava a surgir e trazer problemas de saúde para a população. Na década de 60 iniciaram-se os movimentos ambientalistas. Nas décadas de 70 e 80 foram criados leis e órgãos públicos para iniciar o combate à degradação ambiental. Os níveis de poluição do ar e do solo cresciam rapidamente, assim como, a fragmentação das florestas, as queimadas, e o crescimento urbano contribuía para a degradação do planeta.

Segundo Toledo e Pelicioni (2005, p. 749), as Áreas de Proteção Ambiental (APA) tiveram origem a partir de atos e práticas das primeiras sociedades humanas que, reconhecendo valores especiais de determinados espaços com cobertura vegetal, tomaram medidas para protegê-los. Além disso, principalmente nos três últimos séculos, a crescente degradação dos recursos naturais contribuiu com o surgimento de um número mais significativo de áreas de proteção da natureza como o Parque Nacional *Yellowstone*, em 1879, nos Estados Unidos, sendo o primeiro parque nacional do mundo. O Parque Nacional

de Itatiaia foi a primeira área natural protegida criada no Brasil por iniciativa do Governo federal, em 1937.

No Brasil, O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000), conhecida também como “lei do SNUC”, além de fixar os critérios e as normas para a criação, implantação e gestão, estabelece também duas categorias de unidades de conservação (UC): unidades de uso sustentável e unidades de proteção integral.

Essas categorias surgiram a partir de duas correntes que influenciavam a criação das áreas naturais protegidas. Segundo o que Diegues (2004, p. 29) explana em sua obra: *o mito moderno da natureza intocada*, os preservacionistas, representados por John Muir, defendiam a proteção integral das áreas, sendo liberado apenas atividades temporárias de recreação pública e, os conservacionistas, representados por Gifford Pinchot, acreditavam que os recursos naturais das áreas poderiam ser explorados, algo confirmado pelo próprio Diegues que comenta: “Pinchot agia dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria”. Segundo Toledo e Pelicioni (2005, p. 750), para a corrente preservacionista, o ser humano era visto, não somente como um ser que não pertencia à natureza, mas também como destruidor dela. Desconsiderar os impactos negativos e positivos dos seres humanos em unidades de conservação é uma grande falha da corrente naturalista.

Não apenas considerar os seres humanos no processo de criação de UC's, mas também, inseri-los em programas de educação ambiental dentro das unidades de conservação é algo imprescindível para a efetiva preservação e conservação dessas áreas. O próprio Código Florestal, Lei Federal n. 4.771, de 15 de setembro de 1965, já destacava a utilização de parques com objetivos educacionais, recreativos e científicos (BRASIL, 1965).

Área de Proteção Ambiental

Dentro das unidades de uso sustentável temos a Área de Proteção Ambiental (APA) que é definida segundo o SNUC como: “uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas”. Além disso, ainda segundo o SNUC, uma APA tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Até o presente, não está muito claro o efeito das áreas de proteção ambiental no processo de ocupação do solo no Estado do Rio Grande do Norte.

Até 2008, as unidades de conservação no Estado do Rio Grande do Norte de uso sustentável representavam 53% do total das unidades de conservação criadas considerando as federais e estaduais. Segundo Marinelli *et al* (2007, p. 75), o Estado do Amazonas apresenta cerca de 13.392.246,00 hectares de unidades de conservação de uso sustentável enquanto que no Estado do Rio Grande do Norte são apenas 205.184,76 hectares teoricamente conservados. São 26 unidades de uso sustentável no Amazonas e 5 no Rio Grande do Norte sendo que a diferença em hectares é bastante considerável.

Uma das primeiras Áreas de Proteção Ambiental criada no Estado do Rio Grande do Norte foi a Área de Proteção Ambiental de Genipabu instituída através do Decreto Estadual 12.620 de 17/05/1995 (RIO GRANDE DO NORTE, 1995). Segundo o citado Decreto, a APA apresenta 1881 hectares e está situada nos municípios de Natal e Extremoz. Entretanto, na placa informativa próximo à sede da APA a área informada é de 1818 hectares, o que evidencia uma não conformidade importante. Além disso, quando análises de imagens de satélites são realizadas verificando os atuais limites da APA e da área do entorno, é bastante claro que a área da APA de Genipabu poderia ser um pouco maior do que a área proposta.

Educação Ambiental

Segundo a Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, no seu artigo primeiro, define educação ambiental como (BRASIL, 1999):

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Por essa definição, a EA pode ser considerada um instrumento do poder público capaz de gerar valores sociais que podem contribuir, decisivamente, para a conservação do meio ambiente como um todo, principalmente, as unidades de conservação. Além disso, as práticas de educação ambiental é uma das diretrizes estabelecidas no Art. 5º do SNUC (BRASIL, 2000) que menciona:

[...] busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação.

A citação do SNUC mostra, claramente, que o poder público pode e deve desenvolver ou contratar ONG's, organizações privadas ou pessoas físicas para o desenvolvimento de EA em unidades de conservação.

As duas leis anteriormente citadas devem ser encaradas como princípios norteadores para atividades de educação ambiental em unidades de conservação. Além disso, outros documentos devem ser utilizados para esse fim.

2. A situação da Educação Ambiental na APA de Genipabu.

Segundo Torres (2008), cerca de 82% da população da APA de Genipabu não sabe o que é uma Área de Proteção Ambiental e, 50% não sabe que reside dentro da APA de Genipabu. Da mesma forma, conforme Vendrametto (2004, p. 76), cerca de 85% dos estudantes de uma escola na APA de Sousas e Joaquim Egídio (Campinas/SP) não sabem o que é uma APA. Isso demonstra que existem falhas na criação, implantação e gestão de algumas APAs e que provavelmente, exista uma falha ou ineficiência nos trabalhos de EA ou ainda, que não existam.

Foi a partir dos trabalhos acima citados que se decidiu investigar como tem ocorrido a educação ambiental na APA de Genipabu, uma vez que as estratégias de EA são de grande importância para alcançar os objetivos de conservação da biodiversidade.

2.1 Metodologia

A APA de Genipabu esta localizada nos municípios de Natal e Extremoz (05° 40' 40''S e 35° 12' 56''W), com uma superfície total de 1.881 hectares (Figura 1). É composta de vários ecossistemas e a sua criação tem como objetivo ordenar o uso, proteger e preservar os

ecossistemas litorâneos de Mata Atlântica, manguezal, lagoas, dunas, rios e demais recursos hídricos.

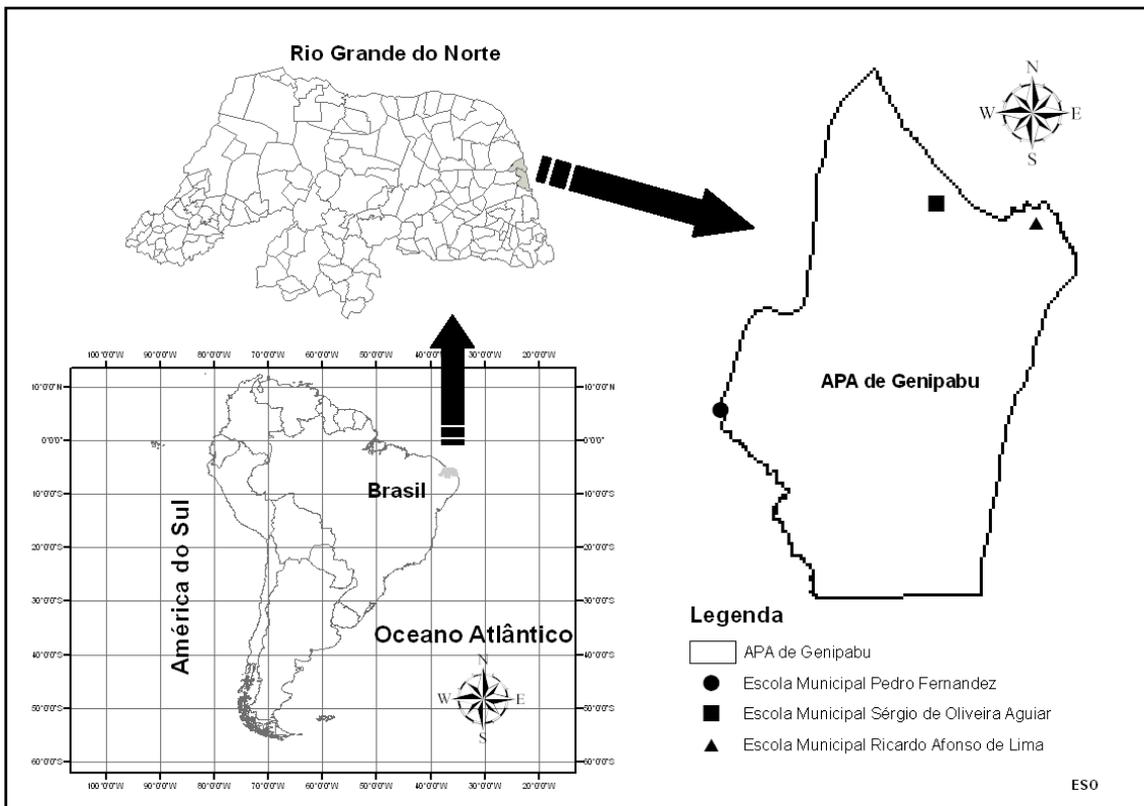


Figura 1 – Mapa de localização da APA de Genipabu destacando a Escola Municipal Pedro Fernandez na comunidade Campinas, a Escola Municipal Sérgio de Oliveira Aguiar na comunidade de Genipabu e a Escola Municipal Ricardo Afonso de Lima situada na comunidade de Santa Rita.

Os trabalhos de campo ocorreram no mês de setembro de 2008, nas comunidades: Genipabu (Escola Municipal Sérgio de Oliveira Aguiar), Campinas (Escola Municipal Pedro Fernandez) e Santa Rita (Escola Municipal Ricardo Afonso de Lima), todas localizadas na APA de Genipabu. Para obtenção dos dados, foram realizadas entrevistas com os diretores das escolas, através de questionários semi-estruturados com o objetivo principal de verificar a existência de atividades em EA.

2.2 Resultados e discussão

Os diretores entrevistados apresentam o seguinte perfil: 67% eram do sexo masculino com idade variando de 36 a 56 anos. Dois dos três diretores entrevistados apresentam nível superior completo, residem na comunidade a mais de 12 anos, tem mais de um emprego e exercem o cargo de diretor a mais de 4 anos.

Um dos diretores não sabe o significado da sigla “APA” e um outro desconhece que a escola está localizada dentro dos limites da APA de Genipabu. Segundo os diretores, todas as escolas desenvolvem alguma prática de Educação Ambiental. Entretanto, é importante perceber que aula de campo é diferente de atividades em educação ambiental. Como ponto negativo, apenas um dos três diretores entrevistados mencionou a “semana do meio ambiente” como uma data onde ações em educação ambiental são mais utilizadas. Os principais temas abordados durante as aulas de EA são: a qualidade das águas, preservação dos manguezais, saneamento básico e as dunas onde algumas aulas ocorrem.

Nenhuma das escolas desenvolve alguma prática de EA voltada para a APA. A EA seria uma ferramenta de conscientização ambiental dos jovens estudantes do ensino fundamental da APA que contribuiria para sensibilização dos demais moradores na busca da conservação da área que apresenta um forte potencial turístico. Entretanto, em torno de 67% das escolas já foram contatadas pelo Conselho Gestor da APA para desenvolver ações de EA. Embora, o órgão ambiental responsável pela administração da APA não tenha efetivado as ações de EA até o momento.

Segundo os entrevistados, as escolas apresentam turmas pequenas com uma média de 20 alunos por turma. Isso contribui para o desenvolvimento de vários trabalhos dentro e fora da sala de aula, já que o número de alunos é satisfatório, sendo um ponto positivo para se trabalhar a educação ambiental.

Segundo os diretores, a maioria dos pais vem a escola quando solicitados, entretanto, nenhuma das escolas promovem algum tipo de atividade em EA voltada para a integração de pais e alunos.

Foi realizada a seguinte pergunta para os diretores: “O Senhor(a) utiliza algum parâmetro referencial, como os presentes, por exemplo, na Conferência de Tbilisi (1977), Agenda 21 e/ou no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) para elaborar a EA?”, Dois dos três diretores responderam que não é utilizado nenhum parâmetro referencial para elaboração das atividades de EA. Isso evidencia a falta de conhecimento técnico das pessoas que pensam a educação, principalmente, no ensino fundamental, onde os educandos têm uma forte capacidade de propor mudanças de hábitos em seus lares e comunidades. Seguir algum parâmetro referencial contribui para o aprimoramento das práticas em EA visto que as experiências de sucesso tendem em persistir, fortalecendo, cada vez mais, os parâmetros referências utilizados.

Os diretores sabem que a EA é necessária, mas, questões como: os índices de evasão escolar, baixo rendimento escolar, violência na escola e outras questões distanciam os gestores das escolas da temática ambiental.

Segundo Capra (2006, p. 51), “a sustentabilidade não é uma propriedade individual, mas uma propriedade de toda uma rede”, um gestor de uma UC não pode administrá-la sem considerar os vários atores sociais que ali formam uma rede de conexões. Na APA de Genipabu, a maior parte da população é constituída de analfabetos funcionais e, um forte trabalho de base pode atenuar os impactos ambientais futuros visando atingir os objetivos de criação da APA.

Além disso, trabalhar EA com crianças é bem mais fácil. O mesmo não se pode dizer quando os educandos são adultos. Para Evans (2006, p. 293), “os adultos costumam demorar mais para adquirir uma perspectiva sistêmica integrada, começando por ter que desaprender grande parte do que pensam que sabem”. Além do mais, nem sempre os saberes tradicionais estão corretos e, algumas práticas das populações para com o meio ambiente não são sustentáveis. Mesmo assim, grande parte dos adultos de hoje ainda acreditam que os recursos naturais são inesgotáveis, o que oportuna um uso sem restrição.

3. Considerações Finais

Os resultados desse e de outros trabalhos apontam para a necessidade de implantação de um projeto de educação ambiental para as escolas da APA de Genipabu focando os estudantes do ensino fundamental e objetivando a criação de futuros moradores sensibilizados com as questões ambientais e, que eles possam ser multiplicadores das boas práticas ambientais em seus domicílios e em toda a comunidade. Além disso, o órgão responsável pela administração da APA precisa atuar junto aos moradores da área trazendo informações básicas sobre a UC para que eles possam contribuir na conservação do ambiente.

Referências

- BRASIL. Lei n. 4.771, de 15 de setembro de 1965. Código Florestal. Brasília (DF): Senado Federal; 1965.
- BRASIL. Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental (DF): Senado Federal; 1999.
- BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Lei n. 9.985, de 18 de jul. de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de ago. de 2002. 5.ed.aum. Brasília: MMA/SBF, 56p, 2004.
- CAPRA, F. 2006. Falando a linguagem da natureza: Princípios da sustentabilidade. In: Michael K. Stone e Zenobia Barlow (orgs.). **Alfabetização Ecológica: A educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo. p. 46 – 57
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, NUPAUB-USP. 2004. p. 23 – 34
- EVANS, A. 2006. O processo de mudança na escola: Uma visão sistêmica. In: Michael K. Stone e Zenobia Barlow (orgs.). **Alfabetização Ecológica: A educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo. p. 292 – 299
- MARINELLI, C. E. *et al.* 2007. **O Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso de Recursos Naturais em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas**. In: Brasil, Ministério do Meio Ambiente. Áreas Protegidas da Amazônia. Brasília. p 75 – 78.
- RIO GRANDE DO NORTE, Decreto Estadual n.º 12.620 de 17.05.1995. Cria a Área de Proteção Ambiental (APA) Genipabu nos Municípios de Extremoz e Natal e das outras providências. Rio Grande do Norte (BR). 1995.
- TOLEDO, R. F.; PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental em Unidades de Conservação. In: Arlindo Philippi Jr.; Maria Cecília Focesi Pelicioni. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri, SP. 2005. p. 749 – 769
- TORRES, D. F. **Etnoecologia nas APA's Genipabu e Bonfim/Guaráiras – RN: Uma análise da relação entre a biodiversidade e as populações tradicionais**. Monografia, UFRN, Natal. 40p. 2008.
- VENDRAMETTO, L. P. **Educação ambiental em unidades de conservação: um estudo de caso na área de proteção ambiental de Sousas e Joaquim Egídio**. Dissertação (mestrado), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2004. 108 p.